

Governo acha inviável proposta dos credores para os atrasados

por Claudia Safatle
de Brasília

"Pagar cerca de US\$ 2,6 bilhões aos bancos credores é uma cifra absolutamente incompatível com a nossa capacidade de pagamento e com o nível das nossas reservas cambiais." Essa declaração, feita pelo secretário de política econômica do Ministério da Economia, Antonio Kandir, ao avaliar a contra proposta do comitê assessor dos bancos credores do País, feita ao embaixador Jório Dauster, nesta semana que passou, em Nova York, não fecha as portas da negociação.

Para ele, "estamos abertos a toda e qualquer proposta, a todo e qualquer pagamento, desde que seja feito um arranjo financeiro que não implique maiores dificuldades para o País", sublinhou.

Kandir não explicou detalhes, mas o negociador da dívida externa, embaixador Dauster, levará na próxima terça-feira uma contra-oferta do governo brasileiro aos bancos, numa nova rodada de negociações no âmbito do comitê assessor, em Nova York. Essa contra-oferta ainda não está fechada, será amarrada nesta segunda-feira com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e foi discutida na última sexta-feira com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e com Dauster, que retornou nesse mesmo dia dos Estados Unidos.

Nenhuma das fontes oficiais consultadas esclareceu que tipo de arranjo financeiro seria possível, mas várias hipóteses podem ser conjecturadas, como um empréstimo-ponte do tesouro americano; ou, por exemplo, um desembolso do Fundo Monetário Internacional (FMI), com base na aprovação do acordo "stand-by", que está na dependência de um sinal mais claro de que a negociação com os bancos privados está na direção de uma definição.

PRÉ-REQUISITO

Os bancos credores sepa-



Antonio Kandir

raram os juros atrasados acumulados até setembro passado do bojo da negociação global, que envolve uma reestruturação do estoque da dívida externa. Isso não chega a ser um problema insuperável, embora o governo brasileiro tenha tentado colocar tudo no mesmo pacote. O que a ministra da Economia resiste é aceitar que uma solução para os atrasados seja pré-requisito para a negociação do estoque, como foi tratado pelos bancos. Não seria uma boa tática de negociação pagar alguma coisa, ainda neste ano, aos bancos privados credores e deixar esse desembolso desamarrado dos demais passos do acordo externo, que envolve uma solução mais definitiva para o estoque da dívida.

Não interessa ao governo brasileiro, também, criar qualquer tipo de situação que possa vir a se caracterizar como um impasse. Portanto, além de retornar à Nova York para comentar e reagir à contraproposta dos bancos, o governo brasileiro poderá apontar nessa contraproposta o que é aceitável, em que condições e o que é totalmente rejeitável por ferir os princípios básicos da proposta inicial do governo brasileiro.

TEMPO E PACIÊNCIA

Os bancos querem receber os atrasados. Para isso construíram uma contraproposta que tem as seguintes condições: o gover-

no pagaria 30% dos atrasados acumulados de junho de 1989 a setembro de 1991, "cash", e os bancos refinanciariam os 70% restantes; e dos juros a vencer entre outubro deste ano e março de 1991, o País pagaria "cash" 50%, e os bancos refinanciariam também a parcela restante.

"Nós não nos recusamos a dar tratamento diferenciado para os juros atrasados", admitiu Kandir, "desde que esse eventual pagamento seja consistente com a nossa capacidade". "Nós temos muita clareza que, dada a natureza da nossa proposta, é preciso ter tempo e paciência

para se chegar a um acordo que seja viável", completou.

Um ponto da proposta brasileira, que ainda parece não ter ficado claro, já que tem comparecido como elemento de dúvida em diversos artigos de economistas expoentes, é o compromisso com o conceito de capacidade de pagamento. Ou seja, de acordo com a proposta, as disponibilidades de recursos fiscais foram calculadas para os próximos anos, de 1991 a 2038, e as cifras representam um compromisso contratual de pagar, e não apenas um exercício estatístico.